



Prefeitura Municipal de Parnamirim
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº 496 DE 17 DE JUNHO DE 1994

EMENTA: Dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1995 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM, Estado de Pernambuco, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração de Orçamento deste Município para o exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - No Projeto de Lei Orçamentária, as Receitas e as Despesas serão orçadas segundo os preços e as variáveis respectivas, vigente em junho de 1994.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Lei Orçamentária :

- I - Corrigirá os valores do Projeto de Lei segundo a variação de preços previstos para o período compreendido entre os meses de junho a dezembro de 1994, explicando os critérios adotados.
- II - Estimará os valores da Receita e fixará os valores da Despesa de acordo com a variação de preços prevista para o exercício de 1995, ou com outro critério que estabeleça.

Art. 3º - Não poderão ser fixadas Despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

DAS DIRETRIZES COMUNS

Art. 4º - As Despesas poderão, excepcionalmente, no decorrer do exercício, superar as Receitas, desde que o excesso da Despesa seja financiada por Operações de Créditos

PA



Prefeitura Municipal de Parnamirim
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº 496 DE 17 DE JUNHO DE 1994 (Cont.)

Art. 5º - Para efeito do disposto no Art. 169, PARÁGRAFO ÚNICO, da Constituição Federal, fica estabelecido que:

I - As Despesas com pessoal e encargos sociais não terão aumento superior à variação do índice de incremento da Receita Arrecada em 1995, respeitado o limite estabelecido no Art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;


II - Os Cargos e empregos públicos, cuja vacância ocorrer no exercício de 1995, poderão ser preenchidos na forma da Lei;

III - Para efeito de cálculo do disposto no Inciso I, deste Artigo, não serão computados com os gastos com Inativos e Pensionistas.

IV - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores será acompanhada da relação nominal de todos os servidores ou empregados civis, com respectivo cargo, emprego ou função e a correspondente remuneração total de cada servidor ou empregado, constantes da folha de pagamento relativa ao mês de junho de 1994.

V - Acompanhará, também, a mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores, quadro demonstrativo, resumido das despesas a que refere o Item IV, deste Artigo.

Art. 6º - As despesas de custeio administrativo e operacional não poderão ter aumento superior à variação de índice de inflação em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1994, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente da expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou novas atribuições recebidas no exercício de 1994, ou no decorrer do exercício de 1995.





Prefeitura Municipal de Parnamirim
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº Nº 496 DE 17 DE JUNHO DE 1994 (Cont.)

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito de cálculo, excluem-se do disposto neste Artigo as despesas indicadas no Art. 5º, da presente Lei.

Art. 7º - O relatório bimestral de que trata o Art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrará, por Categoria de Programação de cada Órgão, Fundo ou Entidade.

Art. 8º - O Poder Executivo, terá até o final do mês de setembro de 1994, para enviar à Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Lei dispondo alterações da Legislação Tributária.

Art. 9º - No Projeto de Lei Orçamentária a estimativa das Receitas do Orçamento poderá considerar os efeitos e as modificações prevista no Artigo anterior.

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 10º - Na Lei Orçamentária anual, a discriminação da Despesa far-se-á por Categoria Econômica, indicando-se pelo menos, para cada Categoria, no seu menor nível:

NATUREZA DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

DESPESA DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital

§ 1º - A Classificação a que se refere este artigo, corresponde aos agrupamentos de Elementos de Natureza da Despesa com seus respectivos desdobramentos, conforme definir a Lei Orçamentária.

§ 2º - A Despesa e as Receitas de Orçamento serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o Déficit ou o Superavit Corrente e o total do Orçamento;



Prefeitura Municipal de Parnamirim
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº 496 DE 17 DE JUNHO DE 1994 (Cont.)

§ 3º - A Lei Orçamentária incluirá, dentro outros, demonstrativos:

- I - Das Receitas de Orçamento que obedecerá ao previsto no Art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- II - Da Natureza da Despesa, para cada Órgão;
- III - Da Despesa por Fonte de Recursos, para cada Órgão;
- IV - Dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do Disposto no Art. 212, da Constituição Federal.

Art. 11 - As Categorias Econômicas de que trata o Artigo 10, desta Lei, serão identificadas por Projetos e Atividades.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentada com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicandp-se, no que couber, as demais disposições legais.

Art. 13 - Os Créditos Adicionais terão a forma, e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta Lei.

Art. 14 - A prestação de contas anual do Município, incluirá relatório de execução com a forma e detalhes apresentados na Lei Orçamentária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não foram aprovado até o término do último período legislativo de 1994, a Câmara de Vereadores será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo seu Presidente na forma estabelecida pela Lei Orgânica Municipal, até que seja o Projeto aprovado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o dia 31 de dezembro de 1994 e Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado, o Prefeito Municipal poderá executar sua programação obedecendo os limites dos créditos orça-



Prefeitura Municipal de Parnamirim
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº 496 DE 17 DE JUNHO DE 1994

Art. 16 - A liberação dos recursos para cada Unidade Orçamentária, dependerá de programação financeira de desembolso, estabelecida pelo chefe do Poder Executivo Municipal, para cada bimestre, levando-se em conta o desempenho da Receita de 1995.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se às disposições em contrário.

Parnamirim, 17 de Junho de 1994.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

a) Geová Lustosa B. Cabral